



CÂMARA MUNICIPAL DE IBTINGA

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

LEI ORDINÁRIA N° 3555/2012

Ementa

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 48 DA LEI N° 1706, DE 25 DE JULHO DE 1990, QUE INSTITUI O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBTINGA.

Data da Norma

07/03/2012

Data de Publicação

Veículo de Publicação

Status de Vigência

Em vigor

Observações

RESOLUÇÃO 3789/12

LEI N° 3.555, DE 07 DE MARÇO DE 2012

Dá nova redação ao artigo 48 da Lei nº 1.706, de 25 de julho de 1990, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Ibitinga.

MARCO ANTÔNIO DA FONSECA, Prefeito Municipal da Estância Turística de Ibitinga, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o referido Estatuto aos atuais dispositivos e princípios constitucionais, especialmente ao Artigo 41 § 4º da Constituição Federal,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1.º Os artigo 48 da Lei nº 1.706, de 25 de julho de 1990, constante do Título VI - **“DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DA ESTABILIDADE”**, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 48. O servidor habilitado em Concurso Público e empossado em cargo de Provimento Efetivo, adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício e confirmado através de avaliação especial de, desempenho em Estágio Probatório.

§ 1.º Estágio Probatório é o período de 3 (três) anos de exercício do funcionário nomeado por Concurso para cargo efetivo, destinado a apurar as qualidades e aptidões do servidor para o cargo, julgando a conveniência de sua permanência ou não no serviço.

§ 2.º São requisitos a se apurar durante o Estágio Probatório:

I - Assiduidade;

II - Disciplina;

III - Capacidade de Iniciativa;

IV - Produtividade;

V - Responsabilidade.

§ 3.º A apuração dos requisitos será feita através de avaliação especial de desempenho pelo órgão de pessoal, pelo chefe imediato do setor onde estiver o

funcionário lotado ou outro chefe ou encarregado diretamente ligado ao servidor.

§ 4.º A regulamentação da avaliação de desempenho dos funcionários em Estágio Probatório será regulamentada por Decreto do Executivo a ser baixado no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da aprovação da presente Lei.

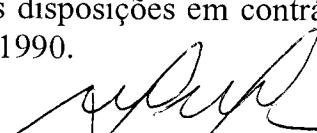
§ 5.º A avaliação de desempenho será sempre realizada pelo Departamento de Recursos Humanos, e das chefias imediatas, com a supervisão da Comissão Especialmente designada pelo Prefeito para esse fim.

§ 6.º A avaliação especial de desempenho será realizada através de Comissão Especial, constituída por, no mínimo 3 (três) servidores públicos da Prefeitura Municipal de Ibitinga, designada por Portaria do Prefeito Municipal, cabendo a Presidência da Comissão a um dos 3 (três) membros, por escolha do Prefeito Municipal.

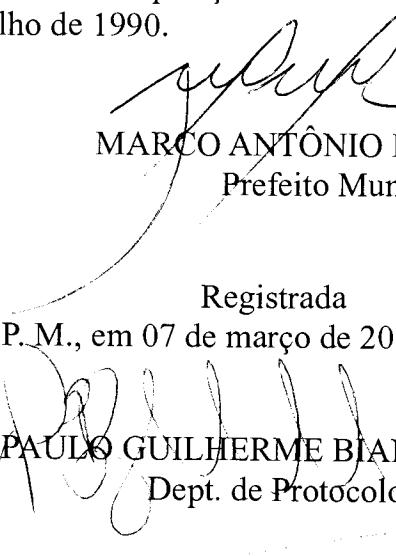
Art. 2.º O procedimento estabelecido na Seção VI da Lei 1.706/90, com as alterações estabelecidas pela presente Lei, aplica-se no que couber, aos Professores regidos por Estatuto próprio, revogando-se eventuais disposições em contrário nele contido.

Art. 3.º Os demais artigos da Lei nº 1.706, de 25 de julho de 1990, permanecem inalterados.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o artigo 48 da Lei nº 1.706, de 25 de julho de 1990.


MARCO ANTÔNIO DA FONSECA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração da P. M., em 07 de março de 2012.


PAULO GUILHERME BIANDOLA ALBERTINI
Dept. de Protocolo e Arquivo